



ROTA DO FRESCO: HISTÓRIA DA ARTE, GESTÃO CULTURAL E CONSERVAÇÃO E RESTAURO

Catarina Vilaça de Sousa
(catarinavilaca@netcabo.pt)

INTRODUÇÃO

Com um nome escolhido por critérios de marketing – “fresco” sendo apenas uma das técnicas nas quais se pode executar uma pintura mural, optou-se por esta designação pela sua oposição ao clima muito quente do Alentejo –, o projecto de revitalização patrimonial Rota do Fresco tem vindo a sedimentar os seus objectivos através da promoção de uma diversidade de iniciativas de divulgação, investigação científica e conservação e restauro do núcleo artístico que lhe dá corpo.

A análise da forma como surgiu esta rota, os seus fundamentos teóricos e objectivos, as medidas que tem promovido e vários casos concretos de iniciativas em desenvolvimento, permitir-nos-á retirar algumas lições no que diz respeito à pertinência e necessidade de projectos semelhantes na esfera patrimonial do interior de Portugal, bem como ao papel da investigação científica e, em última análise, do historiador da arte em situações similares.

O SURGIMENTO DO PROJECTO – ASPECTOS FORMAIS

Na sequência de uma investigação científica por nós levada a cabo sobre o núcleo de pintura mural do concelho de Alvito (GONÇALVES, 1999), concebemos um percurso de visita ao conjunto dos exemplares pictóricos murários desse município. Esse percurso compreendia a visita de um dia a cerca de 4 / 5 exemplares de pintura mural, transporte dos visitantes em autocarro, acompanhamento por um guia especializado e um almoço de gastronomia regional, percurso este acessível mediante a compra de um bilhete. Classificámos este percurso pelo património edificado de “percurso activo” por se distinguir da generalizada visita livre – “passiva” – por igrejas, mosteiros e castelos existentes por todo o Portugal.

Para além de divulgar desta forma um importante núcleo patrimonial desconhecido para a grande maioria dos portugueses, o Projecto Rota do Fresco de Alvito – tal e qual como foi apresentado ao Presidente da Câmara de então – pretendia também criar formas financiadoras da conservação, restauro e manutenção destas pinturas. Como efeito multiplicador, procurava-se igualmente desenvolver o comércio local, a hotelaria e restauração, gerando mais riqueza, emprego e evitando a constante fuga da população para o litoral do País.

Foi por sugestão do Presidente da Câmara de Alvito, na ocasião, também Presidente da AMCAL – Associação de Municípios do Alentejo Central, englobando os municípios de Alvito, Cuba, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira – que alargámos o Projecto Rota do Fresco aos outros 4 municípios, depois de proceder ao levantamento da pintura mural existente nestes concelhos, bem como às condições complementares para a realização das visitas (comércio, guias, etc...) (GONÇALVES, 2000).

Assim, desde Junho de 2001 e até Junho de 2002, a Rota do Fresco foi visitada por mais de 1



000 pessoas sem qualquer acção de promoção para além da apresentação do Projecto à Comunicação social. Só com a transferência da gestão da Rota para a AMCAL, a partir de Junho de 2002, se iniciou todo um trabalho de marketing (criação do folheto, claim, poster, vídeo, participação em feiras...) que nos tem permitido alargar o leque de tipos de visitantes da Rota (agora com um número total de visitantes próximo de 4 000) e estabelecer parcerias estratégicas no sector académico, do mecenato e do turismo.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS

1 - O PROBLEMA

Como é sabido, Portugal, devido ao seu percurso histórico, detém um conjunto patrimonial que excede em larga medida as suas actuais (e provavelmente futuras) capacidades económicas e em matéria de recursos humanos. Esta situação (a par da inexperiência política na área cultural) origina um elevado número de edifícios e obras de arte com valor patrimonial em situação de risco. Torna-se por isso necessário optar entre o património que queremos preservar e aquele que, devido às circunstâncias anteriormente enunciadas, não poderemos resgatar. A assunção desta necessidade de optar é imperiosa sob pena de, querendo a tudo atender, ficarmos aprisionados na incapacidade real de intervenção. Como fundamentar pois uma opção desta natureza? Por que critérios nos devemos reger?

Como referimos anteriormente, a Rota do Fresco incide sobre um núcleo de pintura mural do interior alentejano, com exemplares que se estendem desde o período romano até ao século XIX. Exceptuando alguns casos, trata-se na sua maioria de pinturas marcadamente regionais, por vezes mesmo populares, que ganham sentido enquanto núcleo geográfica, cronológica, técnica e tematicamente coerente, diferente de todos os outros conjuntos do resto do País (ESPANCA, 1973 e 1988; CAETANO, 1988; SERRÃO (et al.), 1992; GONÇALVES, 1999).

Actualmente, a Rota do Fresco é composta apenas por 18 edifícios, todos eles religiosos, com diversos exemplares de pintura mural, num universo potencial de 48 edifícios com este tipo de manifestação artística. Metade dos edifícios que hoje integram a Rota pertencem à Igreja, e os restantes repartem-se pelas propriedades das Câmaras, do Estado e dos privados singulares. Dos 18 edifícios, 16 necessitam de intervenções de conservação estrutural e todos de um restauro das pinturas murais que albergam no seu interior, a grande parte das pinturas jamais tendo sido alvo de qualquer intervenção. Acrescente-se ainda que, apesar de se tratarem de edifícios religiosos, devido à desertificação que marca fortemente esta região, mais de 10 destes edifícios se encontram desprovidos de culto ou sujeitos a um culto apenas de romaria anual.

A pintura mural em Portugal é uma matéria que só agora começa a ser estudada em termos académicos, tendo sofrido com a classificação de “pintura de fracos recursos” que lhe foi imposta pela historiografia mais recuada e até cerca de meados dos anos 80 (DIAS e SERRÃO, 1986). O Inventário Temático da Pintura Mural levado a cabo pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, as 5 teses de mestrado já defendidas (FERNANDES, 1984; BOTTO, 1998; AFONSO, 2003; HENRIQUES, 2000; GONÇALVES, 2003), a abertura do mercado de conservação e restauro levou, a partir da segunda metade dos anos 90, a um maior e mais sério conhecimento sobre a importância real desta manifestação artística no quadro dos revestimentos murários integrados da Idade Média e Época Moderna em Portugal.



A Rota do Fresco nasceu justamente de uma investigação científica que permitiu resgatar do desconhecimento um núcleo de pintura mural importante pela sua especificidade regional. Contudo, depois dessa reabilitação científica, importava verificar as condições reais de preservação desse património. Para além dos males que apontámos há pouco quer em termos estruturais, quer em termos da conservação das próprias pinturas, havia que ter presente a importância “apenas” regional (em detrimento da importância nacional de outro património) do núcleo pictórico em causa (AUGEL, 1998: p. 2), bem como a falta de verbas estatais, camarárias ou privadas que atinge de forma crónica esta região do País. Parecia assim concluir-se que, apesar da relevância deste conjunto patrimonial, tendo presente o modo de funcionamento em conservação de património no nosso País, bem como o grau de desconhecimento ou de ausência de reconhecimento que envolvia esta manifestação artística particular, nada poderia ser feito para salvar as pinturas.

A alternativa seria ultrapassar os tradicionais constrangimentos económicos da região do Alentejo e do sector cultural de Portugal criando formas inovadoras de financiamento e conservação assentes nas características geográficas, sociais e humanas da região em causa.

O Alentejo central é, grosso modo, uma vasta planície de múltiplas cores, com acessos rodoviários fáceis, beneficiando de um clima convidativo ao passeio, e com tradições gastronómicas e culturais bastante ricas. Acresce a evidente mais-valia humana que possui, com um gosto de receber e amabilidade reconhecidos. Apesar destas condições intrínsecas, o Alentejo não tem sido alvo de planos regionais ou locais de desenvolvimento que procurem potenciar estas características endógenas. O Alentejo aparece assim como um território praticamente virgem em termos de exploração das suas singularidades positivas.

2 - A SOLUÇÃO PRECONIZADA

Foi tendo em conta o conjunto diversificado destes elementos que preconizámos uma solução para o núcleo de pintura mural dos concelhos de Alvito, Cuba, Portel, Viana e Vidigueira assente em três fundamentos essenciais: o conceito de revitalização patrimonial, o facto de ser um percurso activo, e a sua fundamentação científica.

Reconhecido o valor deste núcleo pictórico no seguimento da investigação científica preliminar por nós levada a cabo, importava encontrar um critério que justificasse o investimento na conservação deste património e que, simultaneamente, garantisse a sua manutenção futura. O conceito de “revitalização patrimonial” pressupõe que, uma vez avaliado cientificamente o valor histórico ou artístico de determinado património, a opção pela sua conservação ou continuada ruína resida na garantia de usufruto desse mesmo património. Isto é, em Portugal não vale a pena intervir em património que não está a uso ou não tem um uso garantido a curto prazo. O usufruto do património é a condição primeira para assegurar a sua existência (real), bem como a sua subsistência futura através da atenção da qual passa a ser alvo (GONÇALVES, 2001). No caso de se tratar de património da Igreja afecto ao culto acrescenta-se ao reconhecido valor religioso uma dimensão patrimonial. No caso de património da Igreja desligado de actividades litúrgicas trata-se de conferir um novo uso exclusivamente de natureza patrimonial respeitador da função primitiva do espaço. Em qualquer um dos casos, a revitalização patrimonial assegura o fim primeiro de qualquer manifestação artística: a vivência desse património.

O conceito de revitalização patrimonial obriga assim ao delineamento de meios concretos para



efectivar esta vivência perdida ou com necessidade de renovação, isto é, percursos. Tendo presente as características do tipo de património com que nos defrontamos na Rota do Fresco, bem como a sua extensão geográfica, exigia-se, por um lado, o acompanhamento dos visitantes por parte de um intérprete de património que transmitisse todos os sentidos menos evidentes destas pinturas murais e, por outro lado, uma organização prática que assegurasse um conhecimento dos frescos dos cinco municípios envolvidos. O percurso activo programado na Rota do Fresco traz ainda outros importantes benefícios: assegura a entrada de receitas provenientes das inscrições, garante o comportamento correcto por parte dos visitantes nos monumentos, permite uma divulgação da história e tradições dos municípios envolvidos durante os diversos trajectos do percurso, bem como uma explanação sobre os objectivos e diferentes iniciativas do Projecto, para além de, ao incluir um almoço de gastronomia regional, fomentar o desenvolvimento da restauração e comércio locais.

Finalmente, a componente científica do Projecto assegura, por um lado, a qualidade original do mesmo e, por outro, pelo facto do núcleo de pintura mural da Rota do Fresco ser presentemente tema de uma nova investigação na forma do nosso Doutoramento em História da Arte, revalida essa qualidade de conteúdos e permite renovar com regularidade – à medida que novos dados históricos, artísticos ou técnicos vão sendo descobertos – os diversos percursos propostos.

A Rota do Fresco baseada assim nestes três fundamentos essenciais tem conseguido, nos cerca de dois anos e meio de trabalho empreendido, atingir diversos objectivos: divulgar este núcleo de pintura mural junto do público em geral através dos 6 diferentes percursos criados; conferir um uso a muitos dos edifícios que integram a Rota e que, até ao seu surgimento, estavam votados a um abandono total ou parcial; em consequência deste último ponto, fazer um levantamento dos principais problemas de conservação das igrejas e ermidas em causa, bem como das pinturas murais, estabelecendo uma lista de prioridades de intervenção e desenvolvendo esforços para a sua efectivação; promover esta região do Alentejo do ponto de vista turístico, gerando mais receitas ao nível do comércio, restauração e hotelaria locais; fomentar a criação de emprego de jovens e a sua fixação na região ao desempenharem a função de guias da Rota depois de se submeterem a diversas acções de formação e avaliações periódicas.

De realçar ainda o facto da Rota do Fresco antes de ter aberto as suas portas ao público em geral, ter promovido diversas visitas gratuitas para a comunidade local, com a preocupação de tornar os “utentes” mais directos deste património os seus primeiros veladores (GREFFE, 1990). Aliás, esta preocupação contínua do Projecto de sensibilizar a população local tem tomado diversas formas, a última das quais orientada para a comunidade infantil, com a realização de “road books” e “safaris fotográficos” que se revelaram iniciativas de grande sucesso (CASELLAS (et al.), 1997: p.267; PIRES, 2000).

3 – ALGUMAS INICIATIVAS CONCRETAS

A capacidade de renovação interna da Rota do Fresco – à medida que novos dados vêm a lume no campo histórico, artístico ou técnico fruto de intervenções de conservação e restauro realizadas ou da investigação científica em curso –, bem como as diversas valências abrangidas pelo Projecto – investigação científica validada academicamente, gestão cultural e conservação e restauro – têm permitido o estabelecimento de parcerias de naturezas diversificadas. Do conjunto dessas parcerias, destacamos quatro em particular, celebradas com dois privados e duas instituições públicas, tanto da esfera do turismo, como da da investigação científica.



Uma empresa vitivinícola de Portel (Herdade do Meio – empresa que também se dedica ao enoturismo) aceitou ser mecenas do restauro da pintura mural de uma das ermidas do referido concelho. Tendo presente a intenção da Rota do Fresco de promover um Campo de Conservação e Restauro nos meses de Primavera e Verão, no qual qualquer interessado em aprender a executar pinturas murais e em participar de forma controlada numa intervenção de conservação e restauro poder-se-ia inscrever (cursos com a duração de cerca de uma semana, sujeitos a inscrição e pagamento, “obrigando” os inscritos a dormirem e tomarem as suas refeições nos concelhos limítrofes, aumentando conseqüentemente as receitas do comércio, restauração e hotelaria da região), projectou-se um restauro da ermida mencionada faseado em 4 anos e concentrado nas estações referidas.

Uma fundação de natureza privada cujos fundadores estão ligados a uma das aldeias da Rota (Fundação Carmona e Costa), financiou o restauro da pintura mural da Igreja Paroquial da aldeia em causa, encomendou um estudo histórico sobre esse património e tem previsto editar na forma de livro todo o processo de intervenção e resultados da investigação científica.

Um organismo público da área do turismo (Icep Portugal) escolheu o Projecto Rota do Fresco para representar Portugal no âmbito de um programa comunitário (Programa Strabon) que tem como objectivo criar um sistema de informação multilingue e multimédia para o património cultural e o turismo euromediterrânicos. Este programa é liderado pela Fondation Maison des Sciences de l’Homme de Paris.

Por último, uma universidade pública nacional tem em vista estudar de forma completa um edifício e pintura mural respectiva pertencentes à Rota como caso prático para os alunos do último ano da licenciatura em conservação e restauro.

Todas estas parcerias surgiram na sequência da realização por parte dos responsáveis de cada organismo de visitas à Rota do Fresco ou do conhecimento do Projecto através da comunicação social. Antes de realizarem a Rota do Fresco desconheciam por completo a existência deste património pictórico na região.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PAPEL DO HISTORIADOR DA ARTE

Tendo presente a forma como nasceu o Projecto Rota do Fresco, já suficientemente explicitada ao longo deste texto, importa reflectir sobre o facto de ser um historiador de arte o impulsionador, gestor e investigador desta iniciativa.

Como referimos anteriormente, a pintura mural permanecia até há pouco um património desvalorizado, tanto no meio académico, como junto do grande público. Especialistas dedicados como Túlio Espanca, Vítor Serrão, Teresa Cabrita Fernandes ou Joaquim Oliveira Caetano, tinham vindo a desbravar caminho em termos de História da Arte, acompanhados pelos trabalhos pioneiros da Divisão de Pintura Mural do Instituto José de Figueiredo, coordenados por Abel de Moura e Teresa Cabral.

Com o impulso científico e técnico verificado desde meados dos anos 90 a que já previamente aludimos, o conhecimento factual daquilo que foi a real importância desta manifestação artística sobretudo nos finais da Idade Média e Época Moderna alterou-se significativamente, apesar de



raramente se terem articulado as valências da História da Arte e da Conservação e Restauro (situação que só se começou a verificar no virar do milénio). Todavia, esta aparente re-descoberta restringiu-se ao meio académico, não havendo por parte desta comunidade a preocupação de alargar o descobrimento ao público em geral. Este procedimento habitual da Academia, em particular, do historiador da arte integrado de qualquer forma nessa comunidade (sob a forma de docente ou investigador) é por nós contestada.

Um historiador da arte ou, de forma mais restrita, o historiador da arte dedicado ao estudo de património edificado ou integrado – como é o caso da pintura mural – não pode limitar a sua intervenção a uma pesquisa arquivística, nem tão pouco à análise estético-estilística da obra da arte: é forçoso, para que o trabalho possa ser considerado cientificamente completo, recorrer à interdisciplinaridade de conhecimentos, nomeadamente, numa primeira fase de análise do objecto artístico, aos conhecimentos do conservador-restaurador que são, nessa medida, indispensáveis. Trata-se pois de reconhecer que o historiador da arte que quer trabalhar, por exemplo, em pintura mural, tem de trabalhar, desde o início, em equipa, sob pena de desenvolver um trabalho parcelar e incompleto.

Por outro lado, para além desta componente interdisciplinar, estamos em crer também que é obrigação do historiador da arte propor e procurar que seja implementado um plano de recuperação e revitalização do património que foi alvo das suas atenções. Plano esse que, por definição, deverá ser dirigido não somente para a pintura em si mesma, mas também pensando naqueles que dela usufruem e de todos quantos poderão vir a usufruir.

O trabalho do historiador da arte só pode pois ser dado como concluído quando a pintura que foi tema da sua investigação se encontrar salvaguardada tanto dos efeitos do tempo e do homem, como também – e sobretudo – do esquecimento que acelera de forma vertiginosa as potenciais consequências nefastas da passagem dos anos. E não se trata, em nosso entender, de uma opção. O que seria hoje do núcleo de pintura mural da região da Rota do Fresco se não tivesse havido, na sequência da investigação científica, a elaboração e efectivação de um plano de revitalização patrimonial? E quem melhor do que o investigador que dedicou tempo e inteligência à tentativa de melhor conhecer esse património específico para elaborar estratégias de desenvolvimento do conhecimento, de preservação do núcleo artístico, de revitalização alargada respeitando a sua identidade?

Este reposicionamento do ofício de historiador da arte implica um alargamento das suas capacidades de intervenção, nomeadamente no que diz respeito às áreas da conservação e restauro e da gestão cultural. Valências que as actuais licenciaturas e mestrados procuram abranger.

A História da Arte tem tido, até o presente, uma actuação passiva na conservação do nosso património arquitectónico e integrado quando afinal é a disciplina melhor colocada de entre as diversas que actuam neste campo para preservar, com conhecimento de facto, a nossa herança cultural; integrar equipas interdisciplinares em políticas de formação e de conservação; utilizar com parcimónia a ferramenta do turismo cultural ao serviço do património.

A verdadeira natureza da História da Arte é pois interventora, devendo ser o historiador da arte o primeiro, o melhor e o constante elo na relação do objecto artístico e das pessoas do presente.



“Precisa-se dela [da História da Arte (do historiador da arte, diríamos nós)] enfim,” nas palavras de Vitor Serrão, “para fruir em plenitude as obras da arte enquanto instrumentos de permanente fascínio” (SERRÃO, 2000). Foi esta convicção que esteve na base do Projecto Rota do Fresco.

CONCLUSÃO

Os fundamentos teóricos da Rota do Fresco, associados ao interesse do património em causa, parecem-nos ser a chave do sucesso deste Projecto. De facto, o sistema de gestão cultural desencadeado pela adopção do conceito de “revitalização patrimonial” minimiza as deficiências do *modus operandi* em património ainda vigente em Portugal. A fundamentação e actualização científica do Projecto, bem como a ponte estabelecida com a comunidade académica acabam por se tornar uma segurança relativamente aos possíveis impactos menos positivos da utilização do turismo como ferramenta prática aplicada à concepção e gestão dos percursos / visitantes (quantidade de visitas; ligeireza do discurso).

Estaríamos assim perante um Projecto praticamente perfeito, poder-se-ia pensar, atendendo ao número de visitas efectuadas, de iniciativas promovidas e de objectivos alcançados no espaço de cerca de dois anos e meio de trabalho. Cabe-nos assim prosseguir os nossos esforços para concretizar os propósitos que traçámos para este desafio, ultrapassando as adversidades (e contornando os adversários) convictos que estamos a contribuir para a preservação, divulgação e maior conhecimento do núcleo de pintura mural desta região do Alentejo e, de alguma forma, a apresentar formas se não inovadoras, pelo menos positivamente diferentes, de abordar a preservação e a vivência do património do nosso País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Luís, Convento de S. Francisco de Leiria, Lisboa: Ed. Livros Horizonte, 2003
- AUGEL, Johannes – *Sustentabilidad de la Revitalización – El Casco Antiguo de Salvador / Bahía*, Brasil, Universitat Bielefeld, Bielefeld, 1998
- BOTTO, Margarida – *Elementos para o Estudo da Pintura Mural em Évora durante o Período Moderno: Evolução, Técnicas e Problemas de Conservação*, Tese de Mestrado em Recuperação do Património Construído, Universidade de Évora, 1998
- CASELLAS, Antònia e C. GALLEY, Catherine – “Globalism, Localism and Cultural Tourism” in *Le Tourisme Culturel – Actes du Forum International*, Hammamet, Octobre 1997, Ed. Ministère de la Culture / UNESCO, 1997, pp.255-277
- DIAS, Pedro; SERRÃO, Vítor – “A Pintura, a Iluminura e a Gravura dos Primeiros Tempos do Século XVI”, in *História de Arte em Portugal*, Lisboa: Vol. V, Ed. Alfa, 1986
- ESPANCA, Túlio – “Acheugas Iconográficas para a História da Pintura Mural no Distrito de Évora” in *A Cidade de Évora*, Jan-Dez. 1973, pp.93-112
- ESPANCA, Túlio – “Apontamentos sobre a Pintura Mural Antiga de algumas Igrejas do Baixo Alentejo” in *Anais da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*, II^a. Série, II^o. Volume: Santiago do Cacém, 1988, pp.143-153
- FERNANDES, Teresa Cabrita – *A Pintura Mural em Portugal nos Finais da Idade Média e Princípios do Renascimento*, Tese de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2 vols., 1984
- GONÇALVES, Catarina Valença – *A Pintura Mural no Concelho de Alvito*, Beja: Ed. C.M.A., 1999



GONÇALVES, Catarina Valença – Relatório Projecto de Revitalização dos Núcleos de Pintura Mural dos Concelhos de Alvito, Cuba, Portel, Viana do Alentejo e Vidigueira - A Rota do Fresco, Novembro de 2000

GONÇALVES, Catarina Valença – Um Projecto de Revitalização Patrimonial: a Rota do Fresco de Alvito, Cuba, Portel e Vidigueira, Comunicação apresentada ao II Congresso Internacional de História da Arte, Porto, Novembro de 2001

GREFFE, Xavier – La Valeur Économique du Patrimoine – La Demande et l’Offre de Monuments, Paris: Ed. Anthropos, 1990

HENRIQUES, Jorge Gabriel – A Charola de Tomar. Estratégias de Conservação da Pintura Mural, Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2000

PIRES, Ema Cláudia Ribeiro – “De Arrebalde a Destino Turístico – o Impacto Sociocultural do Turismo em Flor da Rosa, Crato” in 4ª Edição do Programa Nacional de Bolsas de Investigação para Jovens Historiadores e Antropólogos, Porto: Ed. Fundação da Juventude, 2000, pp.95-165

SERRÃO, Vítor – Caracterização da História da Arte em Portugal – Novos Debates e Novas Metodologias de Trabalho, Curso de Verão de História da Arte Portuguesa – Novos Caminhos da Investigação, Reitoria da Universidade de Lisboa, 26 de Junho de 2000.

SOUSA, Catarina Valença Gonçalves Vilaça de – As Pinturas Murais Tardo-medievais do Concelho de Belmonte, Lisboa: Ed. C.M.B, 2003